

O documento básico da área externa

E a seguinte a íntegra do documento distribuído ontem pelo Conselho Monetário Nacional sobre os instrumentos e objetivos que orientarão a política de governo na área externa:

I. Objetivos e Instrumentos

II. Balanço de Pagamentos em 1981

II. 1 — Balança Comercial

II. 1.1 — Exportações

II. 1.2 — Importações

II. 2 — Serviços

II. 3 — Captação de Recursos Externos

III. Indicadores da Dívida Externa

I. Objetivos e Instrumentos

O programa de correção dos desequilíbrios do setor externo da economia brasileira tem como objetivo fundamental reduzir o déficit do balanço de pagamentos em transações correntes, especialmente através do fortalecimento da balança comercial.

2. A realização desse objetivo se viabilizará mediante a conjugação dos seguintes instrumentos básicos:

a) Políticas monetária e fiscal voltadas para o controle gradual da demanda agregada e o estímulo à oferta de setores prioritários (exportação, agricultura e energia);

b) Política cambial;

c) Política comercial;

d) Política energética; e

e) Política de desenvolvimento agrícola.

3. Os instrumentos listados nos itens "a" e "b" são importantes no processo de ajustamento a curto prazo, enquanto os três últimos farão sentir seus efeitos a médio e longo prazos, possibilitando a correção dos desequilíbrios fundamentais no balanço de pagamentos do País.

4. O rigor na execução de políticas monetária e fiscal austeras já definidas pelo governo, especialmente na formulação do orçamento monetário para 1981 (50% de expansão monetária) e na fixação de tetos para os dispêndios das empresas estatais (73% de crescimento em 1981), deverá refletir-se positivamente na balança comercial, pelas seguintes razões:

a) A demanda agregada deverá ter sua expansão amortecida, reduzindo a procura por importações;

b) A estocagem especulativa de produtos importados será dificultada pela contenção do crédito e flexibilização das taxas de juros;

c) A poupança interna, sob o estímulo do novo enfoque para a correção monetária e para as taxas de juros, deverá ser ampliada, inibindo o crescimento do consumo, com o que parcela maior do Produto Interno Bruto poderá ser destinada à exportação. Simultaneamente reduzir-se-á o hiato de recursos com menor pressão sobre os finan-

DISCRIMINAÇÃO	1980(P)	1981		
		Hipótese I (Básica)	Hipótese II	Hipótese III
I. BALANÇA COMERCIAL	-2,8	+1,0	0,0	-1,0
— Exportações	20,1	26,0	25,0	24,0
— Produtos Primários	9,3	11,0	10,7	10,0
— Produtos Industrializados (*)	10,8	15,0	14,3	14,0
— Importações	22,9	25,0	25,0	25,0
— Petróleo Bruto	9,8	9,8	9,8	9,8
— Demais Importações	13,1	15,2	15,2	15,2
II. SERVIÇOS	-9,5	-11,0	-11,0	-11,0
— Juros (Líquido)	-5,9	-6,7	-6,7	-6,7
— Outros (Líquido)	-3,6	-4,3	-4,3	-4,3
III. TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS	0,2	—	—	—
IV. TRANSAÇÕES CORRENTES	-12,1	-10,0	-11,0	-12,0
V. MOVIMENTO DE CAPITAIS	9,3	10,0	11,0	12,0
— Investimentos (Líquido)	1,2	2,0	2,0	2,0
— Financiamentos de organismos internacionais, agências governamentais e supplier's credits (**)	3,0	3,0	3,0	3,0
— Empréstimos em moeda e outros capitais	12,1	13,0	14,0	15,0
— Amortizações	-7,0	-8,0	-8,0	-8,0
VI. ERROS E OMISSÕES	-0,7	—	—	—
VII. SUPERÁVIT/DÉFICIT (-)	-3,5	0,0	0,0	0,0

(*) — Inclui transações especiais e exclui açúcar cristal e refinado e café solúvel.

(**) — Inclui financiamentos brasileiros do exterior (Líquido).

P — Dados preliminares.

mentos externos. Vale notar que os resultados já obtidos em 1980 com a significativa desaceleração monetária (base monetária caindo de uma taxa de expansão de 84% em 1979 para 54% e meios de pagamento de 84% para 70%) assim como a acumulação de um superávit efetivo de caixa do Tesouro de cerca de Cr\$ 313 bilhões (cerca de US\$ 5 bilhões), em contraste com superávit de Cr\$ 2,3 bilhões em 1979, utilizado para financeiros internacionais para financiar as exportações brasileiras via "buyer's credits", onde se inclui a integração, nesse processo, de bancos internacionais.

Parcela maior do PIB será destinada à exportação

5. A política cambial será administrada de forma a sustentar a competitividade das exportações brasileiras. A prática das minidesvalorizações a intervalos curtos e incertos será mantida e, com a flexibilidade das taxas de juros domésticos, se poderá conciliar os objetivos de melhoria da balança comercial com as necessidades de estimular a captação de recursos externos pelo setor privado.

6. Na área da política de crédito às exportações, volume substancial e crescente de financiamento será colocado à disposição do setor, procurando-se simultaneamente:

a) Reduzir a dependência desses créditos em relação à emissão primária de moeda, mediante o desenvolvimento

mento de fontes de recursos não inflacionários, de que é exemplo a subscrição de ORTN no valor de Cr\$ 110 bilhões pela Caixa Econômica Federal e a utilização do excedente fiscal relativo à arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras, com a respectiva elevação da alíquota sobre as operações de câmbio de importação de bens e serviços, de 15 para 25%;

b) Utilizar recursos disponíveis nos mercados financeiros internacionais para financiar as exportações brasileiras via "buyer's credits", onde se inclui a integração, nesse processo, de bancos internacionais.

7. Em relação à política comercial, dois serão os pontos básicos. Primeiro, a contínua diversificação de produtos e mercados, de modo a assegurar a expansão das exportações, mesmo em períodos de menor crescimento do comércio e da economia mundiais. Neste particular, cabe destacar o excelente potencial representado pela exportação de serviços que será altamente utilizado em 1981. Segundo, o esforço para ampliar o acesso das pequenas e médias empresas ao mercado internacional, de modo a utilizar com eficiência as margens de capacidade ociosa muitas vezes existentes.

8. A política energética constitui elemento fundamental para o equilíbrio a médio e longo prazos do balanço de pagamentos do País. Continuará sendo agilizada, ainda com maior ênfase, no sentido de estimular a economia de petróleo e viabilizar o desenvolvimento e a utilização de fontes alternativas de energia de origem doméstica. Para 1981, a meta fixada é a de reduzir

o volume físico de importações de petróleo para a média diária de 750 mil barris em contraste com 929 mil obtidos em 1980.

9. Finalmente, a política de desenvolvimento agrícola constitui a terceira área de ajustamento a longo prazo do balanço de pagamentos, pela contribuição que dará ao crescimento das exportações e à substituição de importações, não só de alimentos e matérias-primas como também do próprio petróleo pela ênfase atribuída à utilização energética da biomassa.

10. Evidentemente, o processo de ajustamento a longo prazo do balanço de pagamentos pressupõe a transposição de um período durante o qual, não obstante as melhorias de curto prazo que se podem esperar, como resultado principalmente das políticas monetária, fiscal e cambial, se fará necessária a captação de recursos externos por valores significativos, ainda que em ritmo decrescente.

11. Dessa forma, e considerando a necessidade de minimizar o crescimento da dívida externa e de manter as reservas internacionais em níveis adequados, a política de financiamento do balanço de pagamentos contemplará os seguintes principais aspectos:

a) Manutenção dos estímulos à captação de recursos externos pelo setor privado;

b) Uso intenso dos mecanismos de "supplier's credits", agora reforçados pela implementação da Resolução nº 638 do Banco Central, que torna compulsório o financiamento de grande parcela das importações;

c) Continuidade e aprimoramento de mecanismos de refinanciamento das expor-

tações brasileiras, negociando-se os papéis representativos das exportações financiadas;

d) Diversificação de mercados, com destaque para a ampliação do relacionamento com os países árabes;

e) Diversificação de instrumentos ("comercial papers", "leasing") e continua busca de novas fontes de recursos;

f) Administração da absorção de recursos pelo setor público de maneira coerente com o disciplinamento dos seus investimentos, com as prioridades setoriais (agricultura, energia e exportações) e a minimização do ritmo de expansão da dívida externa.

II. Balanço de Pagamentos em 1981

II. 1 — Balança Comercial

12. Com base nos dados e informações disponíveis, as perspectivas para a balança comercial em 1981 permitem adotar, como hipótese básica de trabalho, um superávit de US\$ 1,0 bilhão, com exportações de US\$ 26 bilhões e importações de US\$ 25 bilhões (tabela I, hipótese I).

13. Evidentemente, tais projeções admitem variações decorrentes da conjugação de alguns eventos, fora do controle das autoridades brasileiras, que poderão influenciar as exportações (preços de determinados produtos básicos — café, soja, açúcar e cacau) e as importações (especialmente com relação a preços e quantidades do petróleo importado). (Ver tabela I)

14. Dessa forma, foram construídas mais duas hipóteses (tabela I) sobre o comportamento do balanço de pagamentos, nas quais foram admitidas as possibilidades de equilíbrio e de déficit de US\$ 1 bilhão na balança comercial.

Essas simulações sugerem que, mantidas inalteradas as hipóteses com relação a serviços, o déficit em transações correntes em 1981 deverá flutuar entre US\$ 10 e US\$ 12 bilhões e a necessidade de empréstimos em moeda, entre US\$ 13 e US\$ 15 bilhões.

15. Vale notar que, relativamente às exportações, admitiu-se como hipótese básica crescimento de 29%, inferior, portanto, àquele obtido em 1980 (32%). As hipóteses alternativas II e III incorporam fundamentalmente a possibilidade de conjugação de fatores menos favoráveis nos mercados de café, açúcar e minério de ferro, associada a dificuldades relativamente maiores na colocação de produtos industrializados.

16. No lado das importações, a elevação admitida no respectivo valor, em relação a 1980, decorre basicamente de crescimento de cerca de US\$ 2 bilhões nas

importações que não petróleo.

Esta hipótese pressupõe significativamente progresso na redução das importações de petróleo, de vez que seu preço médio para o País deverá elevar-se de US\$ 29 por barril, em 1980, para cerca de US\$ 36, em 1981, devendo o volume importado, consequentemente, se reduzir para 750 mil barris diárias.

17. Considerando que é vital a consecuência da melhoria na balança comercial em 1981, o governo manterá toda firmeza na administração de políticas que favoreçam o alcance desse objetivo, especialmente nas áreas monetárias e fiscal, e de medidas que possibilitem a redução do consumo de petróleo.

"A necessidade de minimizar o crescimento da dívida"

18. Observe-se, inclusive, que o crescimento projetado para as demais importações — 16% — incorpora margem de flexibilidade para, mediante o acionamento de novos mecanismos de compensação, acmodar eventual necessidade de gastos adicionais com petróleo, viabilizando-se, mesmo em tais condições, a obtenção do superávit comercial.

19. De qualquer forma, e considerando as incertezas ainda existentes, as alternativas de equilíbrio da balança comercial ou de redução de seu déficit para US\$ 1 bilhão já representarão importante progresso na estratégia de correção dos desequilíbrios de nossas contas externas.

20. De outro lado, o exame das séries históricas relativas ao comércio exterior do Brasil, nos últimos anos, demonstra a possibilidade de se conseguirem resultados positivos, em prazos relativamente curtos, no tocante ao perfil da balança comercial do País.

21. Com efeito, a tabela II mostra que o volume físico das importações de petróleo cresceu à taxa média anual de 6,5%, entre 1973 e 1979. No mesmo período, o Produto Interno Bruto cresceu, aproximadamente, 6,9% ao ano. Assim, até 1979, ainda não se havia verificado redução efetiva na utilização de petróleo importado. Desse forma, excluindo-se os resultados já obtidos em 1980, o espaço ainda existente para poupar petróleo, sem afetar drasticamente a capacidade de produção do País, parece ser bastante significativo. Esta economia deverá ser obtida principalmente através de mecanismos de mercado (Continua na página seguinte)

